

Lava Jato apura se ex-senador transformou igreja em lavanderia de dinheiro com aval de padre

BIO, QUE SEMPRE SOLICITOU AJUDA FINANCEIRA DO PADRE MOACIR ANASTÁCIO CARVALHO, ORDEIRO, OUBA S, LULA, 2014, Ceilândia/DF; QUE sempre solicitou ajuda financeira para os fiéis e para as empresas, tanto para fazer a festa quanto para construir o referido Centro, possui uma área de 20,6ha, na qual o templo possui 12.226m² mais 30.000 m² de estacionamento; QUE no ano de 2014 recebeu 3 (três) doações remetidas por empreiteiras, sendo uma da VIA ENGENHARIA S.A, no valor de R\$ 300 mil em 14/04/2014, uma da OAS no valor de R\$ 350 mil em 19/05/2014, e uma da ANDRADE GUTIERREZ, no valor de R\$ 300 mil no dia 04/06/2014, conforme extratos bancários e recibos que apresenta neste ato, acompanhado dos balancetes da Paróquia MITRA; QUE ao mesmo tempo que tais doações eram recebidas na conta da Paróquia o declarante tomava conhecimento, tendo sido avisado que tais doações foram efetivadas, tendo conhecimento de que a doação de R\$ 350 mil, oriunda da OAS foi decorrente de pedido feito por GIM ARGELLO, sendo as duas a pedido do então Governador AGNELO QUEIROZ; QUE assim como GIM, AGNELO QUEIROZ, era frequentador de sua igreja e disseram ao declarante que iriam tentar obter doações com empresários para a festa de PENTECOSTES DE 2014, que ocorreu no mês de junho daquele ano; QUE eles não mencionaram quais empresas iriam fazer doações, sendo que o declarante só tomou conhecimento do nome da empresa OAS no momento em que foi intimado para a presente audiência, pois nunca tinha ouvido falar nesta empresa; QUE das três empreiteiras que fizeram aquelas três doações, o declarante somente reconheceu o

Rasgadinho – recibo paroquia sao pedro

Foto- Gim Argello e o padre Moacir -Uma equipe de investigadores da Lava Jato vai fazer uma devassa nas contas da Paróquia de São Pedro, em Brasília, para descobrir como o padre Moacir Anastácio Carvalho gastou cada centavo de quase um milhão de reais recebidos das empreiteiras OAS, Andrade Gutierrez e Via Engenharia, em 2014. O Ministério Público suspeita que o ex-senador Gim Argello (PDT-DF), preso e denunciado na Lava Jato, e o ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT) tenham transformado a Casa de Deus em lavandeira com o consentimento do padre para legalizar dinheiro de propina.

Em depoimento prestado na quinta-feira em Curitiba, ao qual VEJA teve acesso, o religioso admitiu que costuma pedir dinheiro a empresários e a fiéis que frequentam a paróquia que administra. Como justificativa, Moacir alegou que a igreja possui uma área de 20,6 hectares e que está construindo com muito sacrifício um templo de 12,2 mil metros quadrados para acomodar uma das maiores festas religiosas do país, Pentecostes, que começa neste domingo e reúne mais de 3 milhões de pessoas em três dias de celebração. O evento a que o padre se refere é famoso em Brasília por mesclar uma espécie de altar com palanque, no qual políticos costumam pegar o microfone da mão do padre para pedir votos em época de eleição ou exaltar os próprios feitos quando estão exercendo mandato ou cargos no Executivo.

Ao prestar depoimento ao delgado federal Luciano Flores, padre Moacir apresentou três recibos e um extrato bancário. Pelos documentos, o religioso recebeu três repasses de empreiteiras em 2014. O primeiro, no dia 14 de abril, foi de 300 000 reais e veio da Via Engenharia. Segundo ele, a caridade foi obra de Agnelo Queiroz, que é investigado na Lava Jato justamente por carregar nas costas a suspeita de receber propina da empreiteira na construção do bilionário Estádio Mané Garrincha. A segunda doação ocorreu no dia 19 de maio no valor de 350 000 reais. Dessa vez o dinheiro veio da OAS e foi costurado por Gim Argello, que frequenta a paróquia do padre Moacir há mais de 10 anos. Duas semanas depois caiu na conta da igreja outros 300 000 reais, fruto da boa vontade da Andrade Gutierrez, cujo ex-presidente, Otávio Azevedo, está preso acusado de pagar propina na obra da usina nuclear Angra 3.

Os investigadores trabalham com a hipótese de que o dinheiro depositado na conta da igreja de Brasília é parte da propina que Gim Argello recebeu para manter executivos de empreiteiras bem longe das comissões de inquérito que investigavam corrupção na Petrobras no Senado e na Câmara, há dois anos.

Gim, Agnelo, o padre e as empreiteiras negam tudo, claro. “Os políticos disseram que iam conseguir dinheiro para a festa junto a empresários, mas não mencionaram quais empresas”, disse o padre em depoimento. “Só tomei conhecimento que parte do dinheiro veio da OAS quando fui intimado”, completou.

Apesar de o religioso não constar na lista dos denunciados na de sexta-feira, a Polícia Federal vai continuar em seu encalço. Os investigadores vão analisar toda a contabilidade da paróquia para atestar se a instituição foi usada para lavar dinheiro de corrupção. Em depoimento, o padre jurou que não devolveu um tostão para Gim Argello e Agnelo Queiroz. “Usei 800 000 reais na festa e o restante em obras de terraplenagem do estacionamento do centro de evangelização”, sustenta.

O advogado do padre, Wellington Medeiros, disse que o seu cliente não teme a devassa da PF nas contas da paróquia e que até já se adiantou, deixando com os investigadores da Lava-Jato uma mala contendo todos os documentos contábeis da igreja, incluindo notas, extratos, cópia de cheques e balanços. “Nem sempre as pessoas entendem que é muito caro construir um templo de 12,2 mil metros quadrados em uma cidade em que cada metro quadrado construído custa 2,2 mil reais”, defende-se.

Apesar de ser obrigatório os sacerdotes selarem voto de pobreza no momento da ordenação, o padre Moacir montou já usando batina uma empresa chamada MAC – Livros e Artigos Religiosos para comercializar publicações de sua autoria. O religioso também é proprietário de um apartamento comprado em Fortaleza, em 2008, e mais dois imóveis na cidade de Águas Claras, no Distrito Federal, comprados depois que passou a se dedicar à igreja. Depois que o padre levou a sua paróquia para as páginas da Lava Jato, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) determinou que ele não passe mais o microfone para políticos em seus shows religiosos. Até segunda ordem.

Por VEJA

Publicado por Folha do Progresso fone para contato Cel. TIM:
93-981151332 / (093) WhatsApp (93) 984046835 (Claro) Fixo:
9335281839 *e-mail para contato:
folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br